

# IDENTIDADE NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Eva Wilma Costa Bento  
Milene Bartolomei Silva**

## **RESUMO**

A difícil relação entre negros e brancos tem ultrapassado séculos, devido a longa fase de escravidão, onde os negros eram submissos aos brancos. Essa fase gerou uma cultura que perpetua até nossos dias, onde os negros são vistos como inferiores, infelizmente essa cultura está entrando no ambiente escolar, onde a cor da pele é usada pelas próprias crianças como critério para serem escolhidos para brincar e se relacionar e nessa escolha as crianças negras são deixadas de lado. Baseado na lei 10.639/3 este trabalho vem apresentar como algumas práticas podem contribuir para a desconstrução dessa cultura escravocrata, levando em consideração que a criança nessa fase já tem atitudes preconceituosas com seus pares. Sendo a educação infantil a primeira etapa da educação básica, introduzir a cultura afro brasileira no plano de aula é um método eficaz para trabalhar as diferenças, dessa maneira professores conseguirão trabalhar em sua prática o assunto educação étnico racial, estimulando nas crianças a capacidade de interagirem com a diversidade sem preconceito.

**Palavras- chave:** Educação infantil, práticas pedagógicas, cultura afro-brasileira.

## **Introdução**

Constituímo-nos como seres humanos nas relações sociais permeadas pela relação com o outro e mediadas pela cultura. Nossa identidade será construída a partir do lugar social que cada um de nós ocupamos nessa relação. Inicialmente o processo de socialização é vivenciado e aprendido na família e posteriormente na escola. Nosso olhar neste trabalho será para essas vivências ocorridas no espaço escolar. Para muitas pessoas vindas de uma família que

houve miscigenação de raça, preferem assumir-se branco a negro, mesmo sendo pardos.

Segundo a definição do IBGE mais de 50% da população brasileira se autodeclaram negros, essa identidade é questionável, pois no dia a dia, vemos essas mesmas pessoas, se esquivando de sua identidade ao se depararem com o preconceito, essa auto declaração na verdade está relacionada ao interesse nas cotas raciais, para ingressarem com maior facilidade em concursos públicos e universidades.

Existem muitos embaraços na relação brancos e negros, mesmo depois da abolição até os nossos dias, o negro é visto com inferioridade. Tudo começa no ambiente escolar pois, segundo Cavalheiro (2010) essa relação tem sido vivenciada na escola de modo velado, despercebidos pelos profissionais que atuam na educação, por meio de tratamentos diferenciados, nas dificuldades de relacionamento entre crianças brancas e negras, sem que estas saibam como se defender o que leva a negação a si mesmas.

Essa barreira de ter uma identidade negra parece estar arraigada em muitas gerações, embora a abolição tenha ocorrido há 130 anos. Há décadas os descendentes da escravatura lamentavelmente se negam a terem feito parte dessa história, mas o que como educadores podemos fazer para quebrar essa barreira, nas futuras gerações?

Portanto, esse trabalho tem como objetivo identificar possíveis entraves para assumir a identidade negra, questionando atitudes de pais e professores que silenciam a questão do preconceito e estabelecendo metas para incutir na educação infantil a igualdade racial como eixo, através da autoestima de indivíduos que sofrem discriminação.

## **A LEI 10.639/ 2003 NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Em 2003 foi aprovada a lei 10.639/2003 sendo modificado o texto original da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 9.394/1996, que

determinou a obrigatoriedade do ensino da história da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 2004p.8).

Com a aprovação da lei nº 10.639/03 a abordagem da temática africana que até então se fazia presente na legislação educacional de forma genérica tornou-se obrigatória, o que representou uma conquista para o movimento negro que há varias reivindicava a inclusão do estudo sobre sua história e cultura na história brasileira. (TONIOSSO, 2011.p.13).

Com a aprovação desta lei, apenas o ensino fundamental e médio foram contemplados, mas esse fato é explicado por não existir pesquisas voltadas para a educação infantil, segundo a autora:

Ao silêncio dos movimentos sociais sobre a educação da criança pequena, se associa um intenso desconhecimento de nós pesquisadores/as sobre as relações raciais que constroem no âmbito da creche, da pré-escola e da pequena infância. (ROSEMBERG, 2002, p.36).

Pode ser levado em consideração que cada movimento social atuou em um tempo diferente, sendo que a Educação infantil como a creche foi uma luta do movimento feminista, porém não foi objetivo do movimento negro (ROSEMBERG, 2002, p.21).

A lei 10.639/2003 está em total acordo com o Referencial Curricular Nacional para educação infantil (BRASIL, 1998, vol.2), documento criado para subsidiar a prática na educação infantil, onde um dos conteúdos existentes tem como tema "Respeito à Diversidade", para que os professores possam propor para as crianças atividades envolvendo as relações raciais.

Para que seja incorporada pelas crianças, a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades precisa estar presentes nos atos e atitudes dos adultos com quem convivem na instituição. Começando pelas diferenças de temperamento, de habilidades e de conhecimentos, até as diferenças de gênero, de etnia e de credo religioso, o respeito a essa diversidade deve permear as relações cotidianas (BRASIL, 1998. Vol. 2).

Esses documentos servem de amparo para o professor sendo um ponto de partida para que, por meio de suas intervenções, colaborarem para a construção de uma imagem positiva do negro, pois um professor despreparado não conseguirá prevenir ou combater o racismo no âmbito escolar, pois a falta

de mediação ou seja o silêncio diante de situações de racismo ou discriminação, só contribui para aumentá-lo e essas crianças levarão consigo esse preconceito para o âmbito familiar e depois para a sociedade.

Para Santos (2007. p.77):

[..] A formação do educador para o tratamento da diversidade étnica e racial, no contexto escolar, é de suma importância para uma prática profissional cotidiana segura para a inclusão da diversidade racial, no entanto, o não acesso a informação e formação específica para a sua prática educativa em relação a temática, não o isenta da responsabilidade e sensibilidade com o tratamento da diversidade e proteção dos alunos frente as situações de discriminação.

Podemos reverter esse quadro por investir em formações qualificadas com essa temática, com o intuito de levar esses educadores a uma profunda meditação no que diz respeito a questão racial, afim de fazê-los entender a relevância da tolerância e o respeito ao outro, no que se trata de sua religião, cultura e raça.

## **OS DESAFIOS DE CONSTRUIR UMA IDENTIDADE ÉTNICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A construção da identidade é um processo histórico, social que demarca nossa existência. Entender o passado se faz necessário para desvendar como foi a construção de uma identidade marcadamente constituída pela desigualdade de direitos, de acesso e permanência aos bens e espaços públicos, culturais, sociais (CARMO, 2015). Assim, compreendemos que a identidade é a característica que identifica uma pessoa, e essa é a maneira de dar existência e firmar o sujeito social.

O primeiro grupo social que a criança tem contato é a família, sendo assim, a família deve passar para criança confiança, porém se for uma família desestruturada, que não aceitam a sua cor, que não aceitam ser procedentes da escravatura, como vão passar algo positivo para essas crianças?

O segundo grupo social são os EMEIS (Escola de Educação Infantil) onde entra o papel fundamental dos educadores, mas será que esses educadores estão preparados para introduzirem essa identidade negra como pauta em seu plano de aula?

Falar sobre racismo, preconceito é uma velha discussão, os que nunca sofreram preconceito trata como vitimismo da parte dos negros, dizem que a escravidão ficou lá no passado, mal sabem eles que os escravos se livraram dos grilhões e das chicotadas, mas não do preconceito, e hoje em pleno século XXI, seus descendentes ainda sofrem com o racismo e lutam contra o preconceito e a discriminação.

É importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país. Processo esse, marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização o da cultura de matriz africana como dos aspetos físicos herdados pelos descendentes de africanos (BRASIL, 2004, p. 15).

Ao refletir que formação integral do indivíduo se dá por meio de suas interações, podemos entender na análise do contexto familiar que essas crianças estão inseridas, que nem os próprios pais das crianças negras possuem uma identidade negra, porque não é fácil ser descendentes de seres humanos que foram escravizados. Por isso, alicerçar essa identidade é algo complicado em nosso país, pois no Brasil, com a intenção de discriminar os negros, desvalorizam culturas de matriz africana e as características físicas herdadas pelos africanos.

Sendo assim, essa questão deve ser trabalhada na escola desde muito cedo. No entanto, por ser uma questão polemica, muitos educadores preferem silenciar esse assunto do preconceito encarando o como se fosse algo irrelevante e trabalha-lo hipocritamente apenas no dia da consciência negra.

A negação da família com respeito a sua origem, o despreparo de professores torna a idealização de formar uma sociedade que tenha uma identidade negra como um enorme desafio.

Para Gomes haveria uma,

(...) Imperiosidade de analisar três ângulos da questão: O mundo social imediato, a ser interiorizado pela criança; a família que, além de ser mediadora, tem especificidades que a distinguem de qualquer outra; a criança que, sujeito de aprendizagem social, interiorizará o mundo mediado a partir de suas próprias idiossincrasias e de maneira singular e solidária (GOMES, 1990, p.59).

Aprofundar nossas pesquisas e estudos na questão étnica é necessário, pois se a criança interioriza o mundo que lhe é ofertado, podemos no âmbito escolar criar estratégias para que se elevem sua autoestima.

Desvendar como essas relações se constroem, solidificam e ou contrapõem na educação infantil é fundamental na construção de um projeto de uma educação antirracista e multiétnica. Bento (2011) afirma que:

Identidade na educação infantil é construída pelo corpo e na convivência com o outro. Nosso “ eu” ´produto de muitos outros que o constituem. Esses “outros” nos primeiros anos de vida, com frequência são mãe, o pai, a professora, ou outros adultos que cuidam diretamente da criança. Por meio do olhar, do toque, da voz, dos gestos, desse outro, a criança vai tomando consciência de seu corpo, do valor atribuído a ele e ao corpo dos coetâneos, e construindo sua autoimagem seu autoconceito. Assim, podemos concluir que o estágio em que o adulto está, no que diz respeito a sua identidade racial e sua percepção sobre as diferenças raciais, é elemento importante no cuidado com a crianças. (BENTO, 2011, p. 112).

Essa proposta não só favorece apenas crianças negras, pois tem a finalidade de estimular entre os negros e nascer entre os brancos a consciência negra, entre as crianças negras, terão a oportunidade de ter acesso às suas origens, e provocando-as a sentirem orgulho de si mesmas e de sua história. Para as crianças brancas, conseguirão entender toda a contribuição e importância da cultura dos negros para o Brasil.

A educação infantil se tornou parte da educação básica quando em 1996 foi aprovada a lei nº 9.394. Sendo assim, a Educação Infantil passou a ser direito de todas as crianças sem distinção de raça ou etnia, fundamentada legalmente.

Muitos educadores romantizam a Educação Infantil, dizendo que trata-se de um espaço agradável e disciplinado, porém pesquisas provam que há preconceitos nessa fase.

O ambiente escolar está ensinando a cultura etnocêntrica, ou seja, a cultura inserida para as crianças é a cultura branca, excluindo outras culturas inclusive a africana, por esse motivo alunos negros não tem o sentimento de pertencimento no âmbito escolar pois não se sentem representados.

Para se cumprir a lei 10.639/03 na íntegra, será necessário mudar toda didática, forma de pensamento, ou seja, será preciso formar uma nova concepção de currículo.

Em suas interações, com os grupos sociais que estão inseridos, as crianças conseguem perceber as diferenças entre as pessoas, conseguem ter uma imagem de si mesma e compara-la com as de outras crianças.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnicas raciais, o termo negro foi criado pelos Senhores na época da escravidão de forma depreciativa, para se referirem aos escravizados e essa significação de rejeição para o termo negro permanece até hoje.

Essas interações também conseguem entender o que é ser negro na sociedade e se desvinculam da raça, não querendo ser negros, pois acham isso ruim.

Ao estudarmos sobre questões étnicas na educação infantil, podemos perceber que é pequeno o número de pesquisas relacionadas a esse tema, uma vez que as informações nessa fase são obtidas através de longo período de observação devido as crianças serem muito pequenas.

O ato de pesquisar com o intuito de entender como acontecem as relações étnicas raciais no ambiente de educação infantil, significa uma relevante evolução no combate ao racismo brasileiro, na medida em que se pode constatar como ocorrem o convívio entre as crianças pequenas e seus pares e entre adultos e crianças, dando recursos aos pesquisadores para preparação de praticas educacionais tanto no âmbito escolar quanto familiar.

Todavia essas pesquisas mostram atitudes de discriminação por parte dos adultos em relação as crianças.

No livro "do silêncio do lar ao silêncio escolar, racismo preconceito e discriminação na educação infantil (2010) a professora Eliane Cavalleiro relata sobre uma investigação que fez durante oito meses a respeito do preconceito racial em um EMEI municipal no estado de São Paulo, onde passava as manhãs observando a relação entre os educadores com as crianças brancas e com as crianças negras, e o resultado foi surpreendente. Dessas observações escreveu o livro: Do silêncio do lar ao silêncio escolar (racismo, preconceito e discriminação na educação infantil).

Algumas de suas observações serão citadas como subsídio a nossa pesquisa. Segundo a autora, um fator que chamou sua atenção foi que as professoras agiam como "agentes difusoras da desvalorização das características estéticas das crianças negras, agindo de forma constante e sistemáticas" (CAVALLEIRO 2010).

Em um dos dias de observações, Eliane Cavalleiro relata a cena que presenciou:

Em uma sala a professora se dirige a uma criança e lhe pergunta: Quem mandou você soltar esse cabelo? Não pode deixar solto desse jeito. Por que soltou? Ele é muito grande e armado! Precisa ficar preso!. Em seguida, energicamente, pega a maria-chiquinha do pulso da menina e prende-lhes os cabelos (CAVALLEIRO 2010, p. 64-65).

Como a ideia de ter a obrigação de manter o cabelo crespo preso é internalizada por meninas com esse estereótipo? Atitudes como a dessa professora, podem prejudicar cruelmente crianças negras ajudando a fixar um conceito negativo sobre traços de estereótipo dos negros. Em outra ocasião a autora descreve o trecho de um diálogo com uma menina negra, "é, eu disse para minha professora que não queria ser preta. Eu quero ser como a Angélica. Ela é bonita!" (CAVALLEIRO, 2010 p. 64,65).

A fala dessa menina revela a vontade de ter uma imagem diferente da sua, desejo esse de pertencer a outro grupo étnico, sinalizando um sentimento de recusa a sua cor.

A nossa criança negra, por todo um condicionamento sociocultural de um ideal de beleza e padrões europeus, possui baixa autoimagem e

baixa autoestima. Conseqüentemente ela será um adulto com problemas de identidade pessoal. (CAVALLEIRO,2010 p. 66).

O que ocorre na relação interpessoal entre os professores e as crianças é algo preocupante, pois algumas situações são cruéis e desumanas. Cavalleiro (2010) relata em seu livro, sobre uma ocasião no parque de diversões que observou dois irmãos gêmeos e perguntou a uma professora: "São seus alunos?" "A professora respondeu: Ah, os filhotes de São Benedito?"

Quando questionada o porquê de filhotes de São Benedito a professora respondeu: "Dois negrinhos assim desse tamanho" e terminou referindo-se as crianças como o "cão em forma de gente". (CAVALLEIRO,2010 p.66).

Esses exemplos citados nos mostram que comentários preconceituosos, ironias, piadas, mascaram o preconceito que reside no âmbito escolar fortalecendo ideias preconceituosas, os educandos, acabam por terem a identidade e o pertencimento étnico prejudicado por quem teria a missão de educar e construir identidade uma positiva.

Um dos principais aspectos da luta para promoção da igualdade de tratamento nos espaços de Educação Infantil é a política de formação específica para todos os profissionais que atuam com as crianças. Estes precisam entender seus próprios níveis de desenvolvimento racial para poderem mudar percepções e expectativas que possuem em relação às crianças brancas e negras, e com isso modificar sua a pratica educacional (CARMO, 2015).

Todo esse contexto descrito mostra no que se refere ao âmbito escolar as crianças tem acesso a inúmeras chances para a internalização de ações e praticas discriminatória e preconceituosas contra os negros.

Nos deparamos nas escolas de educação infantil, professoras que afirmam ser profissionais, porém no cotidiano demonstram indiferença sobre as relações interpessoais dentro das escolas.

No mesmo sentido nos deparamos nas famílias pais, avós, irmãos preparando as crianças para suas relações sociais, não levando em consideração a diversidade cultural da sociedade, e que pertencem a um grupo

étnico exclusivo, e silenciando o fato que existe racismo e discriminação de uma etnia para outra.

Esse silêncio permeia os confrontos étnicos na sociedade é o mesmo que apoia o preconceito e a discriminação no âmbito escolar. Ao distinguir as diferenças, a criança negra perde a vontade ser quem é, pois se sentem constrangidas de fazer parte de um grupo rebaixado dentro da escola arruinando sua autoimagem, sua identidade e fortalecendo a negação do seu grupo de pertencimento.

As constatações de discriminação racial sofridas pelas crianças negras em ambiente escolar ferem o princípio de dignidade definido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 1949 e ratificada pelo Brasil em 1965, e constituem-se em uma grave violação de direitos humanos.

Sendo assim, é complicado sentir-se bem convivendo com esse imutável confronto. As consequências são previsíveis, a criança negra que passa por essa situação, terá problemas para formar uma identidade positiva.

Apesar de esses direitos serem indiscutíveis, o que vemos em nossa sociedade em particular não é sua observância completa, mas a incapacidade por parte daqueles que deveriam preservá-los, de fazê-los cumprir. Para Bobbio (*apud* CAMPOS, 2010, p. 3), ao refletir sobre os direitos da criança:

Com efeito, o problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados.

A comprovação que há um conjunto de problemas da mesma natureza, sendo esses com as relações étnicas na educação infantil, nos faz pensar em formular um projeto, com a finalidade de desenvolver a redução da desigualdade social, pois as crianças de hoje serão os futuros adultos que formarão a nação brasileira.

A pesquisadora fala sobre como se pode romper esse entrave que há no indivíduo negro quanto a sua identidade Cavalleiro (2010):

Estimulando nessas crianças um modo de pensar desvinculado dessa divisão de superioridade e inferioridade dos grupos étnicos. Promover uma educação que busca a igualdade desde os primeiros anos escolares é uma obrigação dos educadores, uma vez que, crianças pequenas ainda não tem autonomia para acreditar ou desacreditar no aprendizado proposto pelo professor e acabam sofrendo preconceito, sem ter como se defender, e discriminação vinculado a conceitos preconcebidos e empobrecidos de quem deveria mediar respeito e igualdade; os próprios professores. (CAVALLEIRO 2010 p, 68)

Ao colocar em pratica uma educação que esclareça diferenças étnicas, ou seja uma educação igualitária, livre de preconceitos significa uma oportunidade real da formação de pessoas menos preconceituosas nas futuras gerações.

Se crianças negras em idade entre 0 a 5 anos não usufruem de um ambiente escolar acolhedor onde possam crescer e se desenvolver de forma integral, faz-se necessário um investimento em processos de reeducação para as relações raciais.

Essa prevenção exige dos educadores métodos e reconhecimento antecipado da diversidade étnica e de toda problemática que envolve a discriminação no nosso país, desde a educação infantil, âmbito escolar ao âmbito familiar. (CAVALLEIRO, 2010,p 67).

Essa atitude é um ato de prevenção evitando assim que pensamentos preconceituosos e atos de discriminação sejam internalizados e fixados pelas crianças, numa fase que elas se encontram vulneráveis e suscetíveis às influencias externas, que podem deixar marcas e definir resultados negativos para a vida adulta.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O espaço escolar tem se mostrado despreparado e negligente no que se refere reconhecer de maneira positiva a criança negra e esse fato ocorre desde a primeira etapa da educação básica, na educação infantil.

A criança negra não se sente pertencente à escola, pois não se reconhece em momento algum, quando se ouve uma história de quanto de fadas a princesa e o príncipe são brancos com traços europeus, ao elaborarem uma peça de teatro na escola são as crianças brancas as escolhidas para serem protagonistas, o único momento que se fala do negro na escola é quando se referem a escravidão.

Dessa maneira a criança negra se sente inferiorizada, prejudicando a formação de sua identidade, pois toda essa tratativa negativa ao fato de serem negras faz com que neguem pertencer a sua etnia, idealizando pertencer a outra raça.

Essa questão fere o direito de que todos os cidadãos tenham acesso a educação, pois o âmbito escolar mostra-se totalmente despreparado para recepcionarem as crianças negras, levando em consideração que a população brasileira é formada a maior parte por negros.

Diante dessa problemática cabe aos educadores uma postura em relação ao problema étnico, para que haja mudança no quadro de racismo da sociedade brasileira, visto que essas crianças já vêm de uma família onde os familiares não possuem a identidade negra.

Para tentar solucionar essa problemática e mudar o cenário de racismo, primeiro no âmbito escolar e depois na sociedade as práticas pedagógicas devem servir de suporte.

É necessário preparar um trabalho que possibilite o mesmo grau de respeito entre os indivíduos e seus pares, reconhecer que existe as diferenças e falar sobre elas de maneira natural sem preconceito e sem racismo.

## **REFERENCIAS**

BRITO, J. E. Educação e Relações Étnico-Raciais: desafios e perspectivas para o trabalho docente. **Revista Educação em Foco**, ano 14, n. 18, p. 57-74, 2011.

CAMPOS, R. F. Democratização da educação infantil: as concepções e políticas em debate. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 7, jul./dez. 2010. p. 299-311.

CARMO, Ildete Batista do. COM QUEM EU ME PAREÇO? A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL. In: **XII Congresso Nacional de Educação** – EDUCERE, Curitiba, 2015.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Volume 1. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998

BENTO, Maria Aparecida Silva. **A identidade racial em crianças pequenas**. In BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Educação infantil, igualdade racial e diversidade* : aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades CEERT, 2012. p. 98 - 117.

TONIOSSO, José Pedro. Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: da legislação à prática docente (Mestrado) – Centro Universitário Moura Lacerda Programa de Pós- Graduação em Educação, Ribeirão Preto, 2011.

ROSEMBERG, Fulvia. **A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais**. In BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Educação infantil, igualdade racial e diversidade* : aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. p. 11 – 46

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos: **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: Ressignificando e politizando a raça. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.